

Proposta de Comunicação a apresentar ao XXII Encontro da APHES integrada na Sessão temática A formação de quadros empresariais: da Aula de Comércio aos MBA, liderada pelo Prof. Doutor Joaquim da Costa Leite:

**A formação de quadros empresariais pelo ISCEF depois de 1949: algumas reflexões
(título provisório)**

Autor: António Alves Caetano

A Reforma de Estudos do ISCEF, de Outubro de 1949, tinha clara superioridade face ao elenco de disciplinas (e respectivos conteúdos) do regime de estudos que remontava a 1931 (e, até, a regulamentos anteriores); daí, uma desactualização superior a 30 anos, quando a II Guerra Mundial, terminada em 1945, contribuíra para vertiginoso acelerar do tempo social e económico. As cadeiras de Economia e de Finanças eram quase inexistentes antes de 1949: o Curso era quase apenas de Comércio (o Sindicato foi, até há pouco tempo, designado como de Comerciantes, não de Economistas) e a alcunha da Escola era «Pérola da China», em alusão a uma famosa loja lisboeta de «mercearias finas»...

O contraponto está na impreparação de grande parte dos docentes para leccionar, com modernidade, as novas matérias propostas, situação agravada pela circunstância de um dos principais mentores da Reforma (quicá, o principal) e em condições de leccionar as matérias das diversas cadeiras de Teoria Económica, como demonstrara em Economia I, no primeiro ano de 1949/50 – o Prof. Doutor António Manuel Pinto Barbosa –, ter entrado para o Governo em Agosto de 1950, como Subsecretário de Estado do Tesouro.

O Curso era muito selectivo, principalmente por força do regime de precedências das cadeiras de Teoria Económica, Matemáticas, Finanças, Estatística, etc., pelo que o número de licenciados de cada ano era muito desproporcionado com o respectivo contingente de entrada. Basta referir que em 1954 se licenciaram 19 alunos, quando o primeiro ano de 1949 teria mais de 230 alunos.

Portanto, os alunos que iam avançando eram, mesmo, exigentes e sofreram bastante com alguns professores, uns, em fim da carreira, já sem disposição para fazer «reciclagem», que se sabia terem tido projecção profissional e social e, outros, ainda muito novos, alguns dos quais procuravam, com seriedade, ir estudando, e tinham consciência de não ter condições para orientar convenientemente quem queria ir mais além (v.g., confissão de Francisco Pereira de Moura, no *Curriculum Vitae* apresentado por ocasião do Doutoramento).

Assim, a maior parte dos alunos dos primeiros anos da Nova Reforma teve percursos com forte cunho autodidáctico – ao jeito do que aconteceu com o próprio Prof. Pinto Barbosa (v. a sua Biografia escrita por César das Neves e Azevedo e Silva) – sem, no entanto, disporem da orientação do Prof. Teixeira Ribeiro... Aquela insatisfação, permanente ânsia de saber e capacidade de questionar o meio envolvente era estimulada por um mundo em rápida transformação e pelo contacto com o exterior, a que as novas gerações se abriam.

Quanto às «saídas» profissionais, a própria Direcção do ISCEF não tinha ideia muito precisa, em especial, quanto ao Curso Superior de Economia. Mesmo o Prof. Pinto Barbosa, em 1952, não conseguiu traçar vias concretas para quatro alunos que foram pedir-lhe conselho, já que se

inclinavam para a inscrição no Curso de Economia (era o primeiro ano em que tinha de se fazer a opção), tendo ficado, até, mais perplexos depois da entrevista...

Os percursos profissionais dos primeiros licenciados desenvolvem-se em função de factores diferenciados, muitas vezes, por convite ou sugestão de professores, em parte atendendo ao que iam sendo as indicações dadas por cada um, ou o que era suposto ser o seu interesse. Com base em testemunhos pessoais, descrição de *curricula*, outra documentação escrita, além de aspectos autobiográficos, que se procura sejam, apenas, pontuais, intenta-se seguir a trajectória profissional de alguns dos primeiros licenciados, principalmente no que tiveram de inovador em diferentes áreas, nomeadamente, em empresas.

A partir de 1955 os licenciados do ISCEF passam a desempenhar, em empresas industriais e de serviços, funções em que evidenciam a sua elevada qualificação, no estudo da viabilidade de projectos e em acções inovadoras, à época, de planeamento de curto e médio prazos, de rigorosa disciplina orçamental em projectos de investimento vultoso, de estratégia de marketing e de gestão por objectivos.

Serão abordados os aspectos mais salientes do desempenho de vários desses licenciados em companhias, tais como *Empresa de Cimentos de Leiria, TAP, Siderurgia Nacional, CP*, várias do Grupo CUF, como *Sociedade Geral de Fomento, Banco Totta, CNN e Império; Garantia, Fidelidade, Companhia de Seguro de Créditos, Saponata, Banco Espírito Santo, Banco Português do Atlântico, Banco de Portugal, Banco de Fomento Nacional, SONAP, C. Santos, Companhia Portuguesa de Electricidade, Celulose do Guadiana, Sorefame, etc.*

O esforço de criação de estruturas próprias para o conveniente planeamento do desenvolvimento económico-social do país, compreendendo os territórios de África, levou o Governo a dar expressão a várias entidades, nas quais foram sendo colocados licenciados do ISCEF, com desempenhos meritórios. Aí se incluem a *Inspecção Superior do Plano de Fomento (1957)*, o *Instituto Nacional de Investigação Industrial (1959)* e o já citado *Banco de Fomento Nacional (1960)*. Aquela Inspecção Superior deu lugar, a meio da década de sessenta, ao *Secretariado Técnico da Presidência do Conselho*, que se encarrega da preparação do III Plano de Fomento, já com metodologia mais avançada que os anteriores. Do mesmo modo, vários Gabinetes ministeriais, em especial nas Finanças e na Economia, logo desde meados da década de cinquenta, se dotaram de quadros técnicos de apoio para as acções de Planeamento, para que eram destacados licenciados do ISCEF.

Haverá referência, também, aos licenciados que foram iniciados na docência no Instituto, logo que terminaram os respectivos cursos, bem como aos que enveredaram pela investigação em Centros de pesquisa existentes à margem da Universidade.

Procura-se fazer duas secções temporais, nos dez e nos vinte anos da primeira licenciatura (ou seja, em 1964 e em 1974), para estabelecer o quadro das funções que estavam a ser preenchidas pelos licenciados para os quais seja possível obter essa informação.

Verificar-se-á, até pela projecção que as respectivas carreiras tiveram no fecho do século – e que alguns ainda têm no século XXI –, que foram protagonistas de importantes projectos e realizações do nosso desenvolvimento económico-social.

Lisboa, 31 de Maio de 2002